

RELATÓRIO ANUAL

2010/2011

A Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC) é o ponto de contacto nacional da Transparency International. A TIAC tem como finalidade geral promover a legalidade democrática e a boa governação, combatendo a corrupção e fomentando os valores da transparência, integridade e responsabilidade.

AUTOR: Luís de Sousa

EDITORES: João Paulo Batalha e Diana Reis

Setembro de 2011

AGRADECIMENTOS: A todos os colaboradores, amigos e profissionais envolvidos na organização até ao momento os nossos agradecimentos.

TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA

www.transparencia.pt

Mensagem do Presidente

Balanço das actividades realizadas e novos desafios

Este primeiro ano de actividade da TIAC é um misto de sucessos e dificuldades no que concerne à execução do plano estratégico delineado para o quadriénio 2010-2014 e à consolidação da organização interna e trabalho da TIAC.

Desde o seu lançamento a 17 de Setembro de 2010, a Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC) transformou-se rapidamente numa referência incontornável no combate à corrupção em Portugal, quer pelo sentido de oportunidade e pela fundamentação rigorosa das suas posições públicas, quer pela qualidade dos seus projectos e diagnósticos. O reconhecimento do nosso trabalho tem sido assegurado ao nível nacional pela cobertura mediática das nossas actividades e produtos e no âmbito da rede TI através do convite a alguns dos nossos membros para participarem em grupos de trabalho.

A pertença institucional à rede *Transparency International* (TI), na qualidade de ponto de contacto nacional, contribuiu muito positivamente para a rápida institucionalização e visibilidade obtida pela associação durante o último ano. A TIAC tem sabido capitalizar este factor de credibilidade. Deste modo, a decisão de trabalhar no sentido de concluir **o processo de acreditação da TIAC junto da TI continuará a ser um dos nossos objectivos estratégicos fundamentais.**

O número de associados tem vindo a crescer, registando-se alguns picos de adesão em períodos de forte projecção mediática da TIAC, na sequência do lançamento de um dos seus produtos ou devido ao impacto das intervenções dos seus representantes na comunicação social. **A TIAC iniciou a sua actividade com 33 sócios fundadores e hoje conta com 74 associados.** O registo e processamento dos pedidos de adesão não têm sido geridos eficazmente, devido às garantias e controlos estatutários associados ao processo de validação e à inexistência de um mecanismo online de adesão e pagamento de quotas/donativos. **Estamos a trabalhar no sentido de simplificar os procedimentos de adesão e dotar o nosso website de mecanismos que permitam uma resposta mais célere e cómoda aos cidadãos.**

A TIAC tem vindo a consolidar o seu trabalho ao nível nacional e no seio da rede TI. Contudo, estamos ainda longe do nível de consolidação desejado. A TIAC apresenta várias deficiências organizacionais internas que se têm repercutido no cumprimento dos objectivos estipulados no plano estratégico:

- **A actual situação de recursos humanos não é sustentável.** A gestão da TIAC tem sido conseguida através de protocolos de colaboração com outras entidades. A TIAC não tem capacidade organizacional própria. Dispõe apenas de uma assistente administrativa a meio-tempo, conseguida através de um protocolo de colaboração com a INTELI, *think tank* em políticas públicas. A gestão financeira dos projectos em curso é garantida através de um protocolo de colaboração pela Assessoria Científica do Instituto de Ciências Sociais. A gestão e alojamento do portal é feita pela Faculdade de Economia do Porto;
- Nos últimos tempos, houve um aumento desproporcional do volume de trabalho e comunicação, interna e internacional, face aos recursos humanos existentes, o que limita a capacidade de resposta da organização às solicitações que vão chegando por parte dos associados e do público em geral;
- **A repartição de pelouros anteriormente definida não tem tido qualquer efeito prático na vida da organização.** Desde a criação da TIAC temos assistido a uma acumulação crescente de tarefas relacionadas com o funcionamento, gestão financeira e coordenação científica da TIAC na pessoa do presidente e no secretariado, o que resulta numa gestão disfuncional da organização. O facto da Direcção ser constituída por pessoas ocupadas profissionalmente de forma intensa e se encontrar dispersa pelo país não tem permitido uma partilha funcional de tarefas. Os demais membros dos órgãos sociais da TIAC, por várias razões, também têm estado ausentes da vida diária da organização;
- A TIAC não tem sustentabilidade financeira para assegurar a sua gestão diária. **A falta de consolidação financeira é o principal entrave ao bom funcionamento e crescimento da TIAC.** Até à data ainda não foi realizada nenhuma actividade de angariação de fundos e os contactos com potenciais patrocinadores ainda não foram encetados;
- A TIAC ainda não tem um espaço próprio onde possa desenvolver as suas actividades e receber os cidadãos.

Não obstante as adversidades organizacionais e financeiras encontradas ao longo deste ano, foram desenvolvidas várias actividades de relevo, tais como acções de monitorização de gastos de campanha, avaliações de progresso sobre a implementação das convenções internacionais de combate à corrupção, participação em projectos de investigação europeus, análises de risco, seminários internacionais, produção de materiais de difusão, debates públicos, intervenções na comunicação social, etc. Gostaria de dar um especial destaque à cooperação com outras entidades interessadas nestas matérias e à constituição de uma equipa de jovens investigadores universitários, que têm colaborado voluntariamente na realização de projectos de investigação e participado em reuniões científicas nacionais e internacionais em representação da TIAC. **Infelizmente, a falta de recursos financeiros não nos permite dar alguma estabilidade à equipa de investigação, o que dificulta a consolidação do nosso trabalho.**

Como tive a oportunidade de mencionar durante a cerimónia de lançamento da TIAC, “o combate à corrupção não pode estar assente em heróis ocasionais. São necessárias estruturas organizacionais cuja missão e objectivos perdure no tempo e oriente esses esforços individuais para uma acção colectiva forte, credível, e sustentável.” Por essa razão, a actual Direcção tem o dever de criar as condições necessárias ao bom funcionamento e crescimento sustentável da organização, para que as futuras Direcções possam assumir funções sem ter que passar pelos mesmos constrangimentos organizacionais e financeiros.

Por conseguinte, os principais objectivos para 2012 são:

- Lançar um portal eficiente e dinâmico que possa servir de veio de comunicação entre a sociedade civil e a TIAC e de mecanismos de disseminação de todas as nossas actividades e produtos;
- Consolidar a organização interna da TIAC;
- Concluir o processo de acreditação como Capítulo Nacional da rede TI;
- Assegurar a sustentabilidade financeira da TIAC a médio e longo prazo.

O ano de 2012 será sobretudo um ano dedicado à sensibilização da opinião pública e à advocacia social. Procuraremos reiniciar uma nova série de seminários temáticos, com oradores convidados de vários sectores profissionais, à semelhança do que tinha vindo a ser praticado pelo Grupo de Reflexão Ética e Justiça (GREJ). **Este novo espaço de debate e reflexão vai encontro aos objectivos da TI Strategy 2015, colocando os cidadãos ao centro da discussão não só dos problemas de corrupção que afectam as instituições públicas e privadas em Portugal, mas também das medidas necessárias para o combate a esses problemas.**

A TIAC continuará o seu trabalho com o mesmo sentido de missão e optimismo de sempre, consciente da crescente importância do seu papel na vida pública nacional. No actual contexto de crise económica que o nosso país está a atravessar, com a urgência na tomada de decisões e na implementação das reformas consagradas no Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica, existe o risco de relegar a transparência e integridade para um segundo plano ou de endereçar o problema da corrupção com um conjunto de reformas simbólicas. Isto seria um erro. A TIAC estará atenta à gestão do bem público, denunciando a corrupção e promovendo os valores da transparência, integridade e responsabilidade na opinião pública, nos cidadãos e nas instituições e empresas.

A handwritten signature in black ink, reading 'Luís Sousa'.

Transparência e Integridade, Associação Cívica

Fundação e missão

A TIAC – Transparência e Integridade, Associação Cívica foi criada no dia 17 de Setembro de 2010, data em se tornou oficialmente Ponto de Contacto Nacional da *Transparency International* (TI), que coordena e apoia um conjunto de organizações da sociedade civil a nível global que combatem a corrupção.

A TIAC trabalha para uma sociedade mais justa e uma democracia de qualidade em Portugal.

Queremos uma sociedade onde exista um acesso efectivo à informação por parte de uma cidadania informada, forte e participativa. Uma sociedade onde exista uma regulação eficaz dos sistemas e organizações, uma Justiça célere, eficiente e ética e um verdadeiro sentido de responsabilidade social por parte de todos os agentes económicos.

No seu trabalho, a TIAC promove a transparência, a integridade e a responsabilidade na procura de uma mudança positiva de valores na sociedade portuguesa.

Queremos chamar a atenção da opinião pública para o problema da corrupção, ajudando os cidadãos a valorizar o papel da justiça e mobilizando-os a participar na luta pela transparência. Por isso a TIAC produz e difunde um conjunto de relatórios, dados e estatísticas que permitem um conhecimento mais profundo e sistemático sobre a corrupção e o seu combate a nível nacional e internacional.

Áreas de intervenção

- Corrupção política (financiamento político, conflitos de interesse e declarações patrimoniais);
- Corrupção e má gestão na administração pública (saúde, educação, justiça, defesa, ambiente, fronteiras e imigração, grandes obras públicas);
- Corrupção e urbanismo nas autarquias;
- Corrupção e gestão no sector privado;
- Corrupção e comércio internacional;
- Reformas anti-corrupção: instrumentos jurídicos nacionais e internacionais (convenções).

Actividades e Iniciativas 2010/2011

Projectos internacionais promovidos pela TI

Countdown to Impunity: Corruption-related Statutes of Limitation in the European Union

Descrição: Implementação e divulgação ao nível nacional de um projecto sobre o impacto dos regimes legais de prescrição no combate à corrupção, levado a cabo em 27 países europeus.

Objectivos: Avaliar a importância da prescrição de crimes no âmbito da luta contra a corrupção, através da identificação de problemas e boas práticas.

Resultados: Segundo o estudo, a impunidade de indivíduos corruptos pela prescrição de procedimentos criminais é uma realidade em Portugal. Os processos-crime de Fátima Felgueiras e Isaltino Morais encontram-se ainda pendentes e alguns dos crimes dos quais foram acusados prescreveram.

Recomendações:

1. A criação de novos fundamentos de suspensão e interrupção dos prazos de prescrição, conferindo uma maior adaptação à realidade de investigação de cada caso, nomeadamente a suspensão dos prazos em casos de pedidos de cooperação bilateral, ou cartas rogatórias, ou o recurso para Tribunal Constitucional (recurso este que foi recentemente considerado pelo mesmo tribunal como não suspendendo o prazo de prescrição)
2. A criação de tribunais especializados (conforme referidos no art. 211.º da Constituição da República Portuguesa) com competência para processos de corrupção ou criminalidade económico-financeira, recomendação esta que já havia sido anteriormente sugerida pelo Grupo de Estados contra a Corrupção (GRECO)
3. A criação de uma agência anti-corrupção com poderes especiais de investigação e prevenção da criminalidade económico-financeira (arts. 6º e 36º da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção – UNCAC)

Actividades-chave e conquistas:

- Organização de um Workshop com diversos actores-chave para discussão dos resultados preliminares do estudo e elaboração de recomendações
- Lançamento do relatório **Corrupção Fora de Prazo: Prescrição de Crimes na Justiça Portuguesa**, através da organização da conferência “Qualidade do Estado de Direito em Portugal 2005-2010”, em parceria com o Barómetro da Qualidade da Democracia (ICS-UL)
- Adopção de uma política de tolerância zero face à prescrição enquanto oportunidade para a impunidade

Embora considere que a prescrição de crimes não constitui o maior dos obstáculos ao combate à corrupção em Portugal, a TIAC adota uma política de tolerância zero face a esta oportunidade para a impunidade. A prescrição de processos-crime de corrupção não só demonstra a máxima ineficiência do sistema judicial e judiciário em prosseguir com a punição dos agentes deste crime, como transmite a ideia da sua fácil manipulação por certos arguidos dotados de maior influência política ou económica.

Sistema Nacional de Integridade

Descrição: Implementação e divulgação ao nível nacional de uma iniciativa europeia anti-corrupção sem precedentes e que engloba 26 países, entre os quais Portugal.

Objectivo: Avaliar a extensão e as causas da corrupção em Portugal e medir a eficácia dos esforços nacionais de combate à corrupção, através de uma extensa análise documental, entrevistas a actores privilegiados (na academia, na administração pública, na esfera política, no sector empresarial, na comunicação social e na sociedade civil) e validação de indicadores de desempenho.

Parceiros: TIAC e INTELI

Actividades-chave até à data:

- Constituição da equipa de investigação
- Criação do Grupo de Aconselhamento, constituído por personalidades de vários quadrantes e peritos na área da corrupção e/ou no funcionamento dos pilares tratados pelo estudo Sistema Nacional de Integridade
- Apresentação pública e lançamento do portal do projecto
- Realização de entrevistas a actores-chave
- Análise dos pilares compreendidos no estudo
- Criação e divulgação do Briefing Transparência – resumo diário das principais notícias sobre corrupção, combate à corrupção e promoção da transparência em Portugal e no mundo

Próximas actividades:

- Conclusão do relatório nacional
- Organização de um Workshop com actores-chave
- Lançamento dos resultados nacionais
- Divulgação dos resultados europeus
- Realização de iniciativas de *advocacy*, tanto ao nível europeu como nacional

Avaliar a eficácia das estruturas de combate à corrupção é a melhor forma de iniciar uma mudança de valores na sociedade portuguesa. Precisamos de mobilizar os cidadãos para o combate à corrupção e esta avaliação dará à sociedade civil armas para pressionar os decisores a implementarem as reformas cruciais ao bom desempenho do sistema político, económico e social do país.

TI Progress Report on Enforcement of the OECD Convention

Descrição: Contribuição para a elaboração do Sétimo Relatório Anual de Monitorização da Implementação da Convenção Anti-suborno da OCDE, levado a cabo pela *Transparency International*.

Objectivo: A elaboração deste relatório, que tem por base o escrutínio externo do desempenho dos Governos através das respostas de especialistas nacionais a um questionário desenvolvido pela TI, tem por objectivo reforçar o processo de *peer review* e ajudar a promover a aplicação da Convenção pelos Governos.

Resultados: Segundo o relatório não se verificaram melhorias ao nível da implementação da Convenção durante o último ano. Dos 37 países analisados, apenas 7 contam com uma implementação activa e 9 com uma implementação moderada. Portugal integra o grupo de 21 países com pouca ou nenhuma implementação.

Recomendações:

1. Os governos cuja implementação se encontre atrasada devem preparar, com urgência, planos para o reforço da implementação e um calendário de acção
2. Uma revisão completa do estado da implementação deve ter lugar na Reunião Ministerial de Maio de 2012
3. O Grupo de Trabalho sobre Suborno deve publicar a lista dos governos em atraso na implementação, deixando clara a necessidade de um maior nível de diligência nos negócios com as empresas sediadas nesses países.

Actividades-chave e conquistas:

- Lançamento virtual dos resultados do Relatório ao nível nacional
- Os resultados apresentados motivaram a realização de uma campanha de sensibilização sobre corrupção no comércio internacional por parte da Direcção-Geral de Política de Justiça (DGPJ), divulgada no mês de Agosto.

Nos últimos anos, Portugal tem sido palco de investigações sobre alegadas práticas de corrupção e fraude por empresas estrangeiras. A par da perda de competitividade durante a última década, o crescendo deste tipo de práticas é também ilustrativo de uma perda de qualidade no funcionamento da nossa economia e da afirmação de uma classe dirigente que entende a política como uma oportunidade de negócio e enriquecimento pessoal e/ou partidário.

Parallel UNCAC Review

Descrição: Participação num processo de revisão paralela da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), através da realização de uma análise nacional e da promoção de uma série de iniciativas de *advocacy*.

Objectivos:

- Participar na revisão oficial portuguesa, de forma a fortalecer a amplitude e eficácia do processo
- Realizar uma análise paralela que sirva de complemento à avaliação oficial
- Participar na elaboração de um relatório consolidado, onde são comparados os resultados das revisões levadas a cabo pela Sociedade Civil.

Actividades-chave até à data:

- Redacção e submissão do relatório para revisão por parte de um revisor externo e do Secretariado Internacional da TI em Berlim (TI-S)

Próximas actividades:

- Lançamento conjunto do Relatório Final na Terceira Sessão da Reunião do Grupo de Revisão da Implementação da UNCAC, a ocorrer no início de 2012
- Realização de iniciativas de *advocacy*, tanto ao nível global como nacional

Lançamento de inquéritos e índices da TI

Índice de Percepção da Corrupção 2010 (CPI)

26 de Outubro de 2010

A TIAC participou no lançamento virtual do Índice de Percepção da Corrupção 2010, através do envio de um comunicado de imprensa e divulgação do relatório e informações anexas no seu portal.

Relativamente a 2009, Portugal subiu uma posição no ranking, ocupando o 32º lugar com uma pontuação de 6 valores em 10 (melhor pontuação possível). No entanto, esta posição corresponde ao 34º lugar do ranking, uma vez que dois dos países melhor classificados, Santa Lucia e São Vicente & Grenadine, não foram avaliados.

Uma vez que a avaliação do comportamento destes índices internacionais deve ser feito ao longo do tempo, notamos que a tendência de Portugal na última década vem sendo de depreciação. No início da década, em 2000, ocupava a 23.ª posição, com um ranking de 6.4

Barómetro Global da Corrupção 2010 (GCB)

9 de Dezembro de 2010

A TIAC participou no lançamento virtual do Barómetro Global da Corrupção de 2010, através do envio de um comunicado de imprensa e divulgação do relatório final no seu portal.

Segundo os resultados apresentados, 83 por cento dos portugueses considera que os níveis de corrupção aumentaram em Portugal nos últimos três anos, sendo cada vez mais os portugueses que consideram ineficaz a luta contra a corrupção por parte do governo, passando de 64 por cento em 2007 para 75 por cento em 2010.

Este agravamento das percepções domésticas sobre corrupção resulta, por um lado, de uma maior e mais frequente exposição mediática de escândalos de corrupção envolvendo líderes políticos e altas figuras do sector financeiro e por outro lado, de uma perceptível ineficácia do combate à corrupção

Projectos e iniciativas nacionais

Fiscalização das Acções e Meios de Campanha Eleitoral na Eleição para Presidente da República, de 23 de Janeiro de 2011,

Descrição: Projecto de monitorização de gastos de campanha durante as Presidenciais 2011, comissionado pela Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECFP).

Objectivo: Realização de estudos de evidências, levado a cabo por uma equipa de coordenação e investigadores de campo em alguns distritos de referência, com o objectivo de validar os algoritmos adoptados no SIMOCAPE e eventualmente realçar indicadores de desfasamentos gritantes, entre os orçamentos e os actos de campanha levados à prática pelas diferentes candidaturas, durante a campanha presidencial.

Resultados: A monitorização decorreu entre os dias 7 e 23 de Janeiro, tendo sido realizada em 11 sedes de distrito de Portugal Continental, previamente seleccionados pela ECFP. De uma forma geral, os principais objectivos foram cumpridos. Foram entregues à ECFP grelhas de análise com evidências de meios e acções de campanha, assim como um relatório técnico de implementação do projecto.

Fiscalização das Acções e Meios de Campanha Eleitoral para a Eleição dos Deputados à Assembleia da República, de 5 de Junho de 2011

Descrição: Projecto de monitorização de gastos de campanha durante as Legislativas 2011, comissionado pela Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECFP).

Objectivo: Realização de estudos de evidência feitos por investigadores de campo, em alguns distritos de referência, com o objectivo de validar os algoritmos adoptados no SIMOCAPE e eventualmente realçar indicadores de desfasamentos gritantes, entre os orçamentos e os actos de campanha levados à prática pelas diferentes candidaturas, durante a campanha legislativa.

Resultados: A monitorização decorreu entre os dias 7 e 23 de Janeiro, tendo sido realizada em 11 sedes de distrito de Portugal Continental, previamente seleccionados pela ECFP. De uma forma geral, os principais objectivos foram cumpridos. Foram entregues à ECFP grelhas de análise com evidências de meios e acções de campanha, assim como um relatório técnico de implementação do projecto.

Reunião com a Troika

Descrição: Reunião com a Comissão Conjunta composta pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional para discutir a implementação das medidas previstas no Memorando de Entendimento acordado com o Estado português.

Objectivo:

- Alertar para fragilidades do sistema nacional de integridade que necessitam de mais atenção
- Apresentar o projecto Sistema Nacional de Integridade
- Mostrar disponibilidade em colaborar com a comissão conjunta, especialmente na monitorização do progresso na implementação das reformas previstas, do ponto de vista da transparência e da integridade

Resultados: Entrega de um documento de trabalho sobre o combate à corrupção à Troika, ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República e ao Primeiro-ministro. O documento detalha as preocupações da TIAC acerca da implementação das medidas previstas no acordo assinado com o Estado português.

Para além da necessidade de o executivo definir uma estratégia e um plano de acção nacional de combate à corrupção e da AR efectivar um sistema de gestão de conflitos de interesse por parte dos Ministros, Secretários de Estado e Deputados, a TIAC exige uma maior transparência e rigor nas aquisições públicas, nos processos orçamentais, na celebração ou renegociação de PPP, nos processos de privatizações que terão lugar a curto prazo e na atribuição do estatuto “PIN” ou outros de cariz excepcional.

Transparência nas Aquisições Públicas: Análise de Casos Internacionais na área da Defesa

Descrição: Conferência organizada em parceria com a INTELI e o ICS-UL, com a presença de Cândida Almeida, Directora do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), a Eurodeputada Ana Gomes, Peter Scaruppe da Agência Europeia de Defesa (EDA) e diversos especialistas da Comissão Europeia e da Transparency International.

Objectivo: Discussão da avaliação dos riscos das políticas de aquisições públicas em Portugal, comparando o quadro institucional do sector da defesa, a interacção entre o Estado e a indústria e os diferentes modelos de políticas de contrapartidas implementados nos diferentes Estados-membros da União Europeia.

Resultados: Foi discutida a possibilidade de fixar um mecanismo de monitorização aberto à participação da sociedade civil, desenhado para auxiliar a indústria da defesa e os decisores políticos a negociar e implementar políticas de contrapartidas de uma forma mais transparente e responsável.

Tomadas de posição

Transparência dos financiamentos na campanha para as eleições presidenciais de 2011

Em Outubro de 2010, a TIAC emitiu um comunicado de imprensa, apelando aos candidatos às eleições presidenciais para que fossem mais transparentes na divulgação das suas fontes de financiamento e mais rigorosos na apresentação pública das contas.

Nesse sentido, apresentou uma série de propostas aos candidatos:

1. Publicitar as fontes de receita, discriminando o montante e a origem dos donativos de pessoas singulares apoiantes das candidaturas à eleição para Presidente da República e das actividades de angariação de fundos para a campanha eleitoral
2. Rejeitar o pagamento de despesas por terceiros e comunicação à Entidade das Contas e Financiamento Político (ECFP) de qualquer tentativa de financiamento opaca ou com finalidade imprópria
3. Optar por acções e meios de campanha mais económicos e recusa de recurso a suportes publicitários dispendiosos ou à distribuição de brindes durante a campanha eleitoral

Caso Man-Ferrostaal

No seguimento da decisão do Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC) de levar a julgamento os 10 arguidos do processo das contrapartidas dos submarinos, acusados de burla qualificada e falsificação de documentos, a TIAC emitiu um comunicado de imprensa, congratulando a decisão do TCIC, e em particular o Juiz Carlos Alexandre.

Face às alegações, pressões e intimidações manifestadas pela defesa dos arguidos ao Juiz Carlos Alexandre em sede de Tribunal, a TIAC apelou às instâncias de jurisdição que assegurassem as garantias e protecção necessárias aos intervenientes judiciais neste processo.

Nomeações Públicas na Administração Pública e Empresas do Estado

No seguimento das nomeações dos novos elementos da administração da Caixa Geral de Depósitos, em Julho de 2010, a TIC emitiu um comunicado de imprensa, manifestando a sua oposição e alarme e exigindo ao Governo e ao Parlamento reformas urgentes das normas que regem as nomeações públicas.

De modo a salvaguardar o interesse público e a transparência nas nomeações públicas e na condução dos negócios do Estado, a TIAC reiterou três recomendações urgentes:

1. A alteração da Lei 51/2005 de 30 de Agosto (a qual determina o fim do mandato dos directores-gerais da Administração Pública, com a tomada de posse de um novo Governo) no sentido de alargar o procedimento concursal assente no mérito e na livre concorrência aos cargos de dirigentes na Administração Pública, e o fim das nomeações de confiança política por despacho do primeiro-ministro e/ou membro do Governo.
2. No que concerne as nomeações para órgãos reguladores, institutos e fundações de gestão pública, empresas públicas ou com participação do Estado, a TIAC recomendou que a escolha dos candidatos fosse objecto de audiência e escrutínio pelas comissões parlamentares de Ética e Economia. As biografias dos candidatos deveriam obedecer a um formato específico e ser públicas, elencando os cargos ocupados nos últimos anos, interesses detidos (representações em órgãos sociais, participações em capital, etc.), filiações partidárias, laços de família, cargos desempenhados em actuais fornecedores ou clientes e tudo aquilo que possa constituir um conflito de interesses real, potencial ou aparente com a actividade que vão exercer. As biografias dos candidatos e os processos de nomeação deveriam, ainda, constar de um site próprio de fácil consulta.

3. No que concerne aos avaliadores/auditores em processos de privatização ou de renegociação de Parcerias Público-Privadas, a TIAC recomendou a criação de uma bolsa de avaliadores/auditores qualificados/credenciados, afirmando ser da competência das Comissões de Ética e Ecomonia da AR a definição dos termos dos processos de acreditação, cujas regras e procedimentos deveriam constar de um site próprio de fácil consulta.

Campanha global contra a corrupção no futebol

Em Agosto de 2011, a TIAC associou-se a dezenas de capítulos do movimento TI em todo o mundo para o lançamento de uma campanha global contra a corrupção no futebol. O presidente da TIAC, Luís de Sousa, escreveu a este propósito ao presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Gilberto Madaíl, pedindo o seu apoio a reformas profundas na FIFA – abalada por vários escândalos de corrupção nos últimos meses – e à introdução de medidas de combate à corrupção no futebol português.

Neste sentido, a TIAC apelou ainda à Federação Portuguesa de Futebol (FPF) que apoie a adopção por parte da FIFA das reformas profundas propostas pela Transparency International e que assuma um compromisso público para mudar a própria Federação, iniciando uma discussão pública alargada para a criação de uma estratégia de combate à corrupção no futebol português.

Protocolos e Parcerias

Protocolo com o Observatório de Economia e Gestão de Fraude da Universidade do Porto (OBEGEF)

O **OBEGEF** é uma associação de direito privado sem fins lucrativos que tem como objectivo promover a investigação interdisciplinar sobre a economia não registada e a fraude em Portugal, nos contextos europeu e mundial; promover o ensino sobre estas temáticas, criar redes e estabelecer outras relações com instituições congéneres e prestar serviços que se harmonizem com a investigação.

Objectivos do Protocolo: Partilhar informações cientificamente relevantes, organizar iniciativas de sensibilização e realizar projectos comuns na área da economia, da fraude e da corrupção no cenário nacional e internacional.

Protocolo com a INTELI – Inteligência em Inovação

A **INTELI** é um centro de investigação em política pública que visa apoiar o processo de concepção, desenvolvimento e implementação da política de inovação, em articulação com os diferentes actores do sistema de inovação e da Sociedade Civil.

Objectivo da parceria: Realização de projectos de investigação em parceria na área da transparência e combate à corrupção e ao desenvolvimento de actividades de difusão de resultados científicos, nomeadamente, através da organização de reuniões científicas nacionais e/ou internacionais, publicações de natureza científica, entre outras.

Parceria com a TI-Sri Lanka

A parceria com a TI-Sri Lanka teve início após este capítulo da TI ter aceite desenvolver o novo portal da TIAC (www.transparencia.pt), numa base pro bono. Futuramente, e no âmbito dos objectivos da TI Strategy 2015 de aproximação e fomento das relações entre capítulos do movimento, será firmado um protocolo de cooperação com a TI-Sri Lanka que terá por base o desenvolvimento de projectos conjuntos em áreas temáticas de interesse comum, a partilha de recursos técnicos e a possibilidade de intercâmbio de estagiários e colaboradores.

Anexo I

Discurso proferido pelo Presidente da TIAC em ocasião do lançamento da TIAC, no dia 17 de Setembro de 2010.

Em ocasião do acto solene de fundação da Transparência e Integridade, Associação Cívica, tive o prazer de tecer umas breves considerações sobre o sentido de oportunidade e o propósito deste novo organismo da sociedade civil.

Procuramos então responder às três questões fundamentais que qualquer cidadão se colocaria: **Justifica-se a criação de uma associação cívica dedicada ao combate à corrupção? Para que serve? E como funcionará?**

A resposta à primeira pergunta é impreterivelmente positiva: sim, justifica-se.

Nos últimos anos, o país tem vivido imerso numa sequência de escândalos, envolvendo figuras proeminentes da nossa sociedade, o que em nada abona a favor da imagem das instituições públicas, privadas e de governo.

A par da sequência de escândalos de corrupção, a opinião pública tem também assistido com indignação ao arrastamento nos tribunais de mega-processos que culminam em decisões absolutórias e arquivamentos.

Nada disto é fruto da imaginação dos portugueses.

A percepção negativa da evolução da corrupção, é igualmente sentida de fora para dentro. O Índice de Percepções da Corrupção (CPI) da *Transparency International*, que mede sobretudo as percepções de homens de negócios e peritos estrangeiros, confirma esta tendência: Portugal caiu 7 posições nesse ranking em apenas dois anos, de 28ª posição em 2007 para 35ª em 2009.

Não só estamos a viver um período turbulento da história da nossa república, como a capacidade e vontade política para fazer frente a esta decadência é inexistente.

O combate à corrupção tem sido ineficaz. As conclusões dos relatórios dos avaliadores externos de organizações internacionais governamentais, como o GRECO do Conselho da Europa e a OCDE corroboram esta asserção.

Toda esta ineficácia se tem reproduzido ao longo dos anos. Quando não se encara o combate à corrupção através de uma estratégia nacional, com objectivos e meios para os alcançar, mas tão somente como um esforço de moralização da vida pública, o risco é que a intervenção do legislador fique apenas pela rama do problema e o método de abordagem se repita em sucessivas e inócuas vagas legislativas. Só na última legislatura foram adoptadas mais sete leis anti-corrupção.

Pelas razões referidas, hoje mais do que nunca, é necessário um organismo da sociedade civil para combater a corrupção. Trata-se de uma exigência democrática.

Segunda questão: para que serve um organismo desta natureza?

Em primeiro lugar serve para congregar os esforços dispersos de cidadãos dos diferentes quadrantes profissionais que se têm batido publicamente pela defesa da integridade e da transparência no governo das esferas pública e privada.

Sem querer desprestigiar o mérito do empenho cívico pessoal de cada cidadão, o combate à corrupção não pode estar assente em heróis ocasionais. São necessárias estruturas organizacionais cuja missão e objectivos perdure no tempo e oriente esses esforços individuais para uma acção colectiva forte, credível, e sustentável.

Em segundo lugar, o Estado não pode ser o único modelo de resposta institucional à corrupção. Atendendo ao mau desempenho das autoridades com competências em matéria de combate à corrupção, é saudável que hajam alternativas da sociedade civil que escrutinem e pressionem esses organismos a cumprir os seus deveres.

Dito isto, não significa que a TIAC se deva sobrepor aos mecanismos legais/formais existentes. Por outras palavras, não nos compete expor ou julgar casos na esfera pública. À sociedade civil compete-lhe apenas um modesto papel de consciencialização da opinião pública e das autoridades para o problema da corrupção, de discussão das medidas e estratégias de prevenção e de combate a adoptar e de monitorização do desempenho das instituições na implementação dessas mesmas medidas.

A TIAC tem como finalidade geral promover a legalidade democrática e a boa governação, combatendo a corrupção e fomentando os valores da transparência, integridade e responsabilidade na opinião pública, nos cidadãos e nas instituições e empresas públicas e privadas, nomeadamente através da realização de campanhas públicas, acções de formação e projectos de investigação com outras organizações governamentais e não-governamentais.

Trata-se de um novo projecto da sociedade civil assente no conhecimento do fenómeno e não na desconfiança das instituições e dos actores que as dirigem, no alarmismo social e na hipersensibilização da opinião pública. A indignação não é fonte de inspiração. Como escrevera o meu conterrâneo Miguel Torga, no volume IX do seu *Diário*, Portugal “ergue-se indignado, moureja o dia inteiro indignado, come, bebe e diverte-se indignado, mas não passa disso. Falta-lhe o romantismo cívico da agressão. Somos, socialmente, uma colectividade pacífica de revoltados.”

Não basta indignar, é preciso actuar!

A TIAC constitui-se como um novo projecto cívico agregador de vontades e de experiências profissionais diversificadas. Precisamos de gente capaz, disponível e com fervor pela causa.

Terceira e última questão: o que é que pretendemos fazer?

No fundo, a TIAC pretende actuar como um observatório da corrupção e do seu controlo assente em vários projectos de investigação aplicada (desde a monitorização das atitudes até à avaliação das medidas de controlo); uma plataforma internet de informação e conhecimento, onde os cidadãos se (re)encontrem e discutam as várias dimensões do problema e as várias possibilidades de intervenção; uma força de sensibilização da opinião pública e de pressão institucional, disponível para colaborar com os diferentes actores (públicos, políticos e privados), na elaboração de estratégias de prevenção e educação e na capacitação dos mecanismos de repressão, através de acções de treino e formação; uma referência institucional para a mudança de mentalidades e a promoção de uma cidadania viva, assente no associativismo, no voluntarismo, na partilha de experiências, na participação para a melhoria do desempenho das instituições.

É difícil prever em que medida a TIAC conseguirá responder aos desafios que se lhe colocam e corresponder às expectativas dos cidadãos. Cada predicamento feito poderá ser sempre vencido ou frustrado pelo peso da história, pela inércia da instituições e pelo bloqueio de mentalidades. Mas como diz o ditado, vale a pena falhar tentando...